

ENSINO MÉDIO PÓS LDBEN/96: FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR EM QUESTÃO

Clévia Suyene Cunha de Carvalho¹

Sônia Maria Pereira de Lima²

RESUMO

O artigo apresenta uma reflexão sobre o contexto do ensino médio brasileiro tomando como referência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9394/96 com o intuito de verificar os avanços que se alcançou a partir dessa base legal, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Programa Ensino Médio Inovador. Para tanto, analisa a categoria da flexibilização curricular e, nessa direção o texto empreende uma reflexão sobre tal Programa de Ensino Médio Inovador e faz uma crítica à categoria da flexibilização curricular, a partir de uma pesquisa bibliográfica realizada pelas autoras.

Palavras-chave: Ensino Médio. Flexibilização Curricular. Inovação Pedagógica. Ensino Médio Inovador.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo discutir as mudanças ocorridas no Ensino Médio no transcurso de 20 anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) promulgada em 1996. Examinamos neste artigo, determinantes encontrados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), aprovada pelo Parecer CNE/CEB nº 5/2011 e homologada na Resolução 02/ 2012 que atualizaram as Diretrizes de 1998. A partir da LDBEN de 1996, as Diretrizes Curriculares Nacionais têm norteado os programas governamentais voltados para o Ensino Médio a exemplo do programa governamental Ensino Médio Inovador (ProEMI) criado em 2009 e institucionalizado como política de educação para a última etapa da Educação Básica, em forma de um modelo (uma experiência) estratégico para enfrentar os históricos e graves problemas que marcam o Ensino Médio brasileiro, no decurso de sua história. Neste contexto buscamos examinar criticamente a categoria da flexibilização curricular defendida para o ensino médio. Esse é o objetivo último do artigo produzido no contexto de estudos de Pós-Graduação das autoras, realizados no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nos últimos três anos.

METODOLOGIA

¹ Doutora em Educação (UFRN). Professora da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa. E-mail: cleviasuyene@gmail.com

² Mestra em Educação (UFRN). Secretária de Educação do Estado de Pernambuco. E-mail: Sonia.lima2013@yahoo.com.br



Secretaria Executiva do FNPE

Para a realização desse estudo utilizou-se a pesquisa qualitativa³ do tipo bibliográfica e, nesse caso, foram realizadas buscas e leituras acerca do tema em questão a fim de se colher os dados bibliográficos necessários à reflexão aqui proposta. A busca englobou livros, artigos científicos, anais de congressos e a legislação educacional que tratam do tema. O intuito de uma pesquisa bibliográfica é colocar o cientista em contato com o que foi produzido sobre determinado assunto, inclusive através de conferências (LAKATOS E MARCONI, 1996). Utilizamos como indicadores de resultados: i) pesquisa bibliográfica; ii) técnicas de leitura, compreensão e interpretação e análise comparativa dos dados pesquisados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

. O Ensino Médio público ainda está distante de ser sinônimo de equidade educacional. Ou seja, do ponto de vista da efetividade da política educacional planejada e implementada, até que se alcance o resultado almejado, há um longo caminho a ser percorrido. A partir dos últimos anos do século passado observa-se um esforço mais contundente do governo, da sociedade organizada e dos teóricos da área da educação, em encontrar estratégias que garantam o direito de todos à educação básica, do qual o ensino médio constitui última etapa. Mas, o fato é que ainda persiste uma educação desigual na prática, embora colocada como igual sob o ponto de vista da Lei.

. Ao que parece às políticas governamentais correm em uma direção e os resultados obtidos a partir delas, efetivamente, são outros; observa-se um hiato entre as metas anunciadas nos documentos oficiais do Ensino Médio e os resultados alcançados, embora, não se possa negar o incremento quanto ao número de jovens que concluíram a educação básica e ingressaram no Ensino Superior por meio dos programas de ações afirmativas implementado nos últimos anos no Brasil. Hoje, o Ensino Médio está recebendo os holofotes da ação governamental, mas, não há como fugir da constatação de que esse ensino é ainda muito dualizado, isto é: tem-se uma escola média para alunos oriundos de uma parcela da população em melhores condições sociais e econômicas e outra para alunos oriundos das classes dos trabalhadores, cuja sorte tem comandado o destino social. Essa é uma questão

³ Creswell (2010, p. 43) define a abordagem qualitativa como sendo “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”

que nasceu com o Ensino Médio que não será resolvida pela educação ou pelo aperfeiçoamento da política para o ensino médio em si (KUENZER, 2010, p. 863).

Embora alguns avanços venham sendo constatados nos índices de desempenho dos estudantes de ensino médio, de 2000 a 2015, o Brasil ainda não conseguiu alcançar resultados favoráveis na proficiência dos estudantes em Matemática, Língua Portuguesa e Ciências, sendo a melhoria desses resultados um dos grandes desafios da escola média e de seus professores/as na sociedade atual. Na reflexão que tentamos empreender neste artigo, buscamos mais elementos que nos possibilite compreender de forma crítica o porquê do entrave que se constata em torno da política de expansão e qualidade do Ensino Médio.

Nos estudos realizados por Garcia (2007), o conceito de flexibilidade, em tais documentos, transmite alguns sentidos, por exemplo: qualidade, inclusivo, inovação, não tradicional, não rígido, não homogêneo, dinamicidade, movimento, atendimento ao local. Até que ponto professores/as que atuam no ensino médio compreendem o significado a flexibilização? Que sentidos atribuem a essa categoria? . A flexibilização do currículo, a perspectiva de integração curricular, a ampliação da jornada de estudos e o redesenho curricular são algumas das propostas do novo ensino médio, sendo necessário que o professor tenha formação e qualificação profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Se analisarmos as propostas de flexibilização do currículo no ProEMI, alguns aspectos merecem reflexão: o uso de categoria “flexibilidade”, entre outras, que aparecem em documentos oficiais como o ProEMI tende a encantar o ideário de educadores por se inserir na teia de um discurso pedagógico muito convidativo à construção de uma perspectiva educacional democratizante e condizente com uma sociedade plural, que tende a se identificar com formas de emancipação e construção do pensamento crítico e criativo do estudante. Discurso este que passa a ser divulgado por meio do slogan pedagógico do “aprender a aprender”. No entanto, os postulados político-pedagógicos desse discurso não se aproximam daqueles que fundamentam a perspectiva de educação democrática e emancipatória em que a escola seja construída para o desenvolvimento intelectual dos estudantes, no mesmo patamar alcançado pela sociedade do ponto de vista técnico-científico, conforme encontramos em pedagogias de cunho mais crítico, como a Pedagogia



Secretaria Executiva do FNPE

Histórico-Crítica, cujo mentor e líder intelectual é o professor Demerval Saviani. Nossa análise não comunga com quem, eventualmente, propaga o “quanto pior melhor”, mas a validade de uma análise mais crítica dos modismos em educação, ou mesmo em pedagogia é bem vinda pelas lições já deixadas pela história da educação no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De antemão uma certeza: o redesenho curricular para alavancar o ensino médio não pode ser pontual, em nível de experiências, mas uma questão de política educacional que atinja o conjunto de escolas que ofertam esse nível de ensino pelo Brasil a fora. O modelo de experiência curricular do ProEMI nos parece ser reducionista no sentido do que acima é defendido nas suas possibilidades de atendimento, e por permanecer vinculado a uma pedagogia que se compromete com as demandas e ajustes presentes nas exigências sociais do capitalismo. A formação inicial e continuada de professores é indicada como um dos principais desafios para o redesenho curricular proposto com foco na flexibilização, pois prevê a organização curricular por áreas do conhecimento e demanda, assim, que os docentes estejam preparados para uma nova forma de ensinar. Esse desafio está posto e é urgente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei n.º 9394, de 20.12.96, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**”, in Diário da União, ano CXXXIV, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Resolução CNE/CEB nº 2/2012.

_____. Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Plano Decenal de Educação 2014- 2024**. Brasília, MEC, 2014.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Programa Ensino Médio Inovador: Documento Orientador**. Brasília: MEC, 2009

GARCIA, R. M. C. **O conceito de flexibilidade curricular nas políticas públicas de inclusão educacional**. Porto Alegre: Mediação, 2007. p.11-20.

KUENZER, Acácia. **O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011 – 2020: superando a década perdida?** Revista Educação e Sociedade. Vol 31, n 112, p. 851 – 873, jul – set, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Transformações do Capitalismo, do Mundo do Trabalho e da Educação**. Campinas/SP: Editora Autores Associados, HISTEDBR, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).



Secretaria Executiva do FNPE

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.**



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801 - Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763
www.fnpe.com.br / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>